

FHC e a política

Político, Fernando Henrique conhece e respeita as diferenças entre a política dos políticos e a política das massas. A política dos políticos implica as negociações para obter sustentação parlamentar para as reformas que pretende fazer na Constituição e nas leis e episódios conjunturais, do interesse dos profissionais, como a anistia para Humberto Lucena e os parlamentares que usaram indevidamente a gráfica do Senado. A política das massas traduz-se na implementação das principais metas que prometeu na campanha, como a melhoria do sistema de ensino básico e do atendimento à saúde.

— A anistia votada pelas duas Casas do Congresso não é só para Humberto Lucena, diz ele. É para 30 parlamentares e dois governadores já empossados nos seus estados, Roseana Sarney, do Maranhão, e Albano Franco, de Sergipe. Não vou criar um conflito com o Legislativo e um problema na Federação porque há jornais que assumiram o veto como se fosse uma cruzada moralizadora.

Em relação à formação de uma maioria sólida, não vê muitos problemas. A reunião dos ministros com a bancada do PMDB, explicando a posição do governo a respeito da política econômica, administrativa e educacional, foi um sucesso. O acordo para a eleição das mesas de ambas as Casas manteve o compromisso do PSDB com o PFL em torno da eleição de Luís Eduardo Magalhães para a presidência da Câmara, o que facilitará a tramitação das matérias do interesse do governo.

No Senado, onde são necessários 49 votos para mudar a Constituição, o governo tem o apoio de 55 senadores e a simpatia de mais 13. Na Câmara, o problema maior será o de reunir o quorum necessário para aprovar as mudanças - 308 votos favoráveis.

Em relação às políticas de massa, Fernando Henrique diz:

— Todo mundo sabe que o maior investimento que temos de fazer é na educação primária. O Brasil fez uma opção ao contrário da do Japão. Escolhemos estreitar a base educacional, abando-

nando o ensino básico público, ao mesmo tempo em que criávamos, no topo da pirâmide, alguns centros de excelência universitários. Um país que tem 460 empresas que obtiveram o certificado de qualidade ISO-9000 não tem, evidentemente, grandes problemas para arrumar gente qualificada para cargos de direção. O problema sério é a falta de qualificação das grandes massas para o trabalho produtivo moderno, tanto nas cidades como no campo. E, se não rompermos esse gargalo, não só será impossível distribuir a renda com maior justiça como chegaremos a um impasse, de vez que a falta de mão-de-obra qualificada impedirá a continuidade do crescimento econômico. Trata-se, portanto, de mobilizar a sociedade para enfrentar esse obstáculo. Sozinho, o poder público não conseguirá superá-lo.

O governo federal não é responsável pelo ensino básico, que compete aos municípios e, no caso de São Paulo, fundamentalmente ao governo estadual.

— O que podemos fazer é incentivar iniciativas, descentralizar o dinheiro que a União distribui através da sua parte no salário educação, da FAE e do FNDE, que é muito, treinar professores usando a televisão, o rádio e os Correios e montar sistemas de avaliação. Quem trabalha melhor, recebe mais. Quem desvia os recursos, deixa de receber. Eu vou funcionar como um propagandista da mobilização pela educação. No dia 7 de fevereiro, quando começa o ano letivo, farei um pronunciamento em rede de rádio e tevê. No dia 9, vou a Santa Maria da Vitória, na Bahia, dar uma aula em uma escola primária, para chamar a atenção sobre os alunos. Depois, irei me reunir com as professoras primárias no Vale do Jequitinhonha, em Minas, um dos lugares mais pobres do Brasil. Finalmente, dia 13, vou me reunir com os pais de alunos no Paraná. O que precisamos é que todos percebam que cada um pode fazer um pouco pela educação e que esta é uma causa nacional. Espero contar com a ajuda das fundações que já cuidam de educação, como a Roberto Marinho e a Odebrecht, e, também, do conjunto do empresariado, dos políticos e dos administradores.

30 JAN 1995

CORREIO BRAZILIENSE